

RENDA BÁSICA: PROPOSTAS BRASILEIRAS QUE SURGIRAM DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Jônatas Rodrigues da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o conceito de Renda Básica. Explorar a Renda Básica como ferramenta de combate à pobreza e a extrema pobreza no Brasil e de combate a armadilha do emprego e desemprego. A pesquisa versou apresentar propostas que surgiram no Brasil durante a pandemia da Covid-19. A metodologia foi uma breve revisão bibliográfica conceitual sobre Renda Básica e o estudo de propostas vinculadas em artigos, jornais e periódicos durante os meses de abril, maio e junho de 2020.

Palavras-chave: *Renda Básica; liberdade; transferência de renda; pobreza.*

¹ Administrador na Universidade Federal de São Carlos e professor do Centro Paula Souza, mestre em Gestão de Organizações e Sistema Públicos, doutorando em Ciências Sociais. CRA/SP 104506

1. INTRODUÇÃO

A Renda Básica é uma utopia realista que apresenta uma perspectiva fora da dualidade ideológica entre socialismo e liberalismo. A ideia é a de uma renda monetária regular, individual e incondicional a todo cidadão, independentemente de sua condição financeira ou de trabalho (SILVA, 2019).

A ideia de uma Renda Básica não é nova, desde o século XVIII estudiosos pensam a respeito. Mas atualmente com a automação, somada às preocupações com os limites ecológicos ao crescimento, faz com que o mundo tenha mais interesse pela proposta, argumentam (PARIJS e VANDERBORGHT, 2018).

A ideia de uma Renda Básica está ligada à de liberdade. Não uma liberdade meramente formal, mas uma liberdade real para todos (SEN, 2010).

Nas últimas décadas o mundo viveu uma revolução tecnológica com o computador e a internet, as mudanças foram rápidas e drásticas, porém não proporcionaram emancipação dos países e dos cidadãos. A globalização oferta um mercado mundial a pessoas com escassez de habilidades; a automação, a robotização e a inteligência artificial tornam cada vez menor a demanda por trabalho não especializado. Os que têm acesso à tecnologia, que na verdade a desenvolvem e a controlam, ampliam suas capacidades de gerarem receitas, já os países e pessoas periféricas se afastam cada vez mais (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

Parijs e Vanderborght (2018, p. 29), apontam uma realidade que vemos hoje no Brasil: se o nível de remuneração é firmemente protegido por um salário mínimo e seguro-desemprego, o resultado tende a perdas de emprego maciça; e, se estas proteções são fracas, o resultado são pessoas lutando para sobreviver com salários miseráveis. Eles ainda alertam que com a automação esta realidade tende a aumentar.

Seria a solução para o desemprego o crescimento econômico? É fato que existe uma correlação negativa entre crescimento e desemprego, mas e o limite ecológico para o crescimento? Os impactos no clima estão sendo largamente discutidos nos dias de hoje. Apesar da correlação ser negativa entre crescimento e desemprego, o PIB (Produto Interno Bruto) mundial mais que duplicou nas últimas décadas, porém não foi resolvida a questão do desemprego.

2. RENDA BÁSICA

A Renda Básica é conceitualmente diferente da renda condicional. E ambas podem existir paralelamente. A renda condicional é uma assistência social às pessoas ou famílias, e geralmente está condicionado a uma renda mínima e pré-disposição ao trabalho. No Brasil o PBF (Programa Bolsa Família) é um exemplo de renda condicional vinculado a uma renda mínima e paga sob certas condicionalidades.

A Renda Básica é individual, é entendida como um direito do cidadão e não da unidade familiar. Não está vinculada a comprovação de renda ou disposição ao trabalho. A ideia não é nova, Parijs e Vanderborght (2018, p. 33) lembram que em 1953 o economista político de Oxford George D. H. Cole já fazia uso do termo neste sentido. Em 1956 o termo também é usado pelo economista holandês Jan Tinbergen ao escrever sobre política econômica. E em 1986 a recém fundada Basic Income European Network (BIEN) adota significado semelhante.

A condicionalidade da Renda Básica está em o beneficiário possuir residência fiscal no Estado. Isto exclui turistas e autoridades diplomáticas (SUPLICY, 2006).

A Renda Básica não precisa ser necessariamente uniforme, ela pode variar de acordo com a idade ou localização geográfica. Mas ela é um direito de nascença. A variação geográfica poderia funcionar como um instrumento de distribuição de renda. Ela deve ser paga periodicamente. O dividendo do Alasca, por exemplo, é pago anualmente.

A Renda Básica deve ser estável, independente da sua regularidade de pagamento, e pode estar vinculada a algum índice de crescimento econômico como o PIB per capita, por exemplo. Esta ideia foi “defendida por Dennis Milner no primeiro plano de Renda Básica desenvolvido para o Reino Unido em 1920” Parijs e Vanderborght (2018, p. 35).

Outro destaque em relação à Renda Básica é que não faz sentido ela ser hipotecada, os beneficiários não devem poder usar o fluxo futuro da renda como garantia de empréstimos, pois ela não é complemento de renda, mas um nível básico de renda. A legislação deve protegê-la contra expropriações.

Outra indagação é se a Renda Básica deve ser isenta de impostos. Considerando a unidade de tributação a família, e uma tributação progressiva, taxar a Renda Básica equivale a conceder uma renda menor às pessoas de famílias maiores. Porém se a taxação for na pessoa física, taxar a Renda Básica é o mesmo que reduzi-la ou eliminá-la a depender de uma determinada renda do cidadão. Administrativamente é mais simples e socialmente mais justo.

A Renda Básica é um piso incondicional. Apesar da palavra ‘básica’ ela não é a garantia de uma renda suficiente, ela não define um valor específico. Seu valor estará condicionado a questões fiscais e políticas do país.

Porém, independentemente do valor fixado para a Renda Básica de um país ela deve ser modesta, não é salutar uma renda que permita uma vida confortável, mas sim um valor que permita ao cidadão colocar em ação seu plano de vida e não se ver obrigado a aceitar ofertas de emprego indesejáveis por medo da fome. Uma Renda Básica tem potencial para afetar as relações de poder social, de tornar a vida dos nada afortunados mais tolerável, de fazer a sociedade um lugar mais justo, mais almejado por todos.

A Renda Básica incondicional não pode ser confundida com assistência pública. Enquanto a primeira a defendemos como um direito do cidadão em participar da riqueza socialmente construída, a segunda visa minimizar o estado de miséria do cidadão.

2.1. RENDA MONETÁRIA

A Renda Básica deve ser paga em dinheiro e não em comida, roupas ou outros itens de necessidade básica. O valor pago em dinheiro é logisticamente mais rápido e menos custoso com as facilidades de transferências eletrônicas bancárias. Também diminui o uso clientelista da distribuição. Ainda amplia a liberdade de escolha do cidadão de quando e como gastar seus recursos, assim como estimula a economia local (SILVA, 2019).

2.2. RENDA INDIVIDUAL

A Renda Básica deve ser paga individualmente a cada cidadão. Ela não está associada ao pertencimento a um núcleo familiar, é direito individual. Se for paga a crianças ela pode ser

custodiada pelo seu responsável legal até uma determinada idade. Ela é paga a ricos e pobres, a quem exerce atividade remunerada e a quem está desempregado, sem distinção.

O financiamento da Renda Básica pode ser exógeno, advindo de *royalties* de recursos naturais, ou da tributação da renda, do patrimônio e do consumo das pessoas. Nesta última opção quem mais ganha e quem mais consome acaba por financiar a própria Renda Básica e a dos demais cidadãos. A junção das duas formas também pode ser adotada.

2.3. ESTADO E INSTITUIÇÕES

A Renda Básica incondicional é um instrumento de liberdade. Apenas o trabalho formal nos setores públicos e privados são remunerados e compõem o cálculo do PIB. Todo trabalho doméstico e social voluntário realizado é ignorado (PIKETTY, 2015). Milhões de pessoas que realizam trabalhos não remunerados são também agentes do desenvolvimento social e é justo que eles participem da riqueza socialmente construída. A Renda Básica é uma forma de isto acontecer.

A necessidade de dinheiro para o sustento leva muitos jovens a abandonar a escola precocemente e buscar trabalho remunerado (muitas vezes informal). Uma Renda Básica desarma esta armadilha do subemprego ao ofertar um piso.

Outra atividade vista com frequência é o empreendedorismo por necessidade e não por vocação. Muitas pessoas empreendem por estarem fora do mercado de trabalho e sem esperança de serem contratadas. Um piso advindo da Renda Básica nos faz supor que o empreendedorismo por necessidade seria amenizado e o trabalhador estaria mais protegido. Uma renda incondicional permite a ele melhor se qualificar para o trabalho ou para o empreendimento. Também trabalhadores autônomos e cooperados estarão mais protegidos. No médio/longo prazo se verá efeitos positivos no capital humano.

Empregos de alta qualificação e consequentemente melhor remunerados exigem dedicação e atenção diferenciados. Estes em geral são ocupados por pessoas ricas que tiveram a oportunidade de dedicar-se exclusivamente aos estudos e adiar o ingresso no mercado de trabalho. Eles ainda têm a escolha de especializar-se em estágios não remunerados, mas que lhe

permitirão serem melhores profissionais no futuro, pois possuem o privilégio de serem sustentados pela família. O pobre na maioria das vezes se divide entre emprego e escola, e raramente tem acesso a empregos de alta qualificação, pois não teve a oportunidade de qualificar-se adequadamente, pois tinha que trabalhar para prover o próprio sustento. O ciclo da discrepância de renda permanece. A Renda Básica poderia permitir ao jovem periférico adiar sua entrada no mercado de trabalho e melhor qualificar-se almejando empregos de alta qualificação e remuneração (SILVA, 2019).

A primeira infância tem papel decisivo na vida das crianças (FREIRE, 2019) e uma Renda Básica daria aos pais a escolha de trabalharem meio período para se dedicarem à educação dos filhos pequenos nos primeiros anos da vida deles.

A segurança da Renda Básica permite que as pessoas possam ter mais tempo para decidir ou mesmo se arrepender e dar um passo atrás em suas carreiras. Não é incomum pesquisas apontarem que trabalhadores estão infelizes em suas atividades profissionais, mas ao mesmo tempo presos nela por não poderem renunciar à renda do trabalho para se dedicar a encontrar o que de fato lhes motiva. A Renda Básica permite às pessoas buscar aquilo que elas realmente gostam de fazer.

3.0 PROPOSTAS DE RENDA BÁSICA

Samuel Pessôa escrevendo à Folha em 30 de maio de 2020 afirma que a Renda Básica seria um grande salto civilizatório, mas não sairia barato. Que seria preciso aumentar significativamente a carga tributária sobre todos, inclusive sobre a classe média que acredita já pagar muito em impostos. Pessôa, em seu artigo está analisando a proposta de Renda Básica dos professores da Universidade Federal de Pernambuco Siqueira e Nogueira (2020).

Os professores fazem uso de um modelo estático de micro-simulação para analisar os benefícios fiscais e distributivos da implementação de um programa de Renda Básica no Brasil em substituição aos sistemas de transferências hoje existentes. O resultado mostra que a Renda Básica pode ser uma estratégia eficaz para reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil.

O sistema de proteção social brasileiro é fragmentado e desigual, e uma Renda Básica traria uma mudança significativa no bem-estar. Apesar do alto gasto em proteção social o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo com pobreza extrema generalizada, principalmente entre as crianças (SIQUEIRA e NOGUEIRA, 2020).

Siqueira e Nogueira (2020) simulam três situações de uma Renda Básica. O primeiro com um pagamento uniforme a todos os brasileiros e um imposto fixo sobre todas as rendas sem distinção. A taxa é ajustada de forma a permitir que as despesas sejam combatíveis com as receitas com neutralidade fiscal. O segundo esquema proposto irá aferir maior ou menor renda a depender da idade do cidadão. Uma quantia padrão, com corte na linha da pobreza aferida pelo Banco Mundial para países em desenvolvimento de renda média de R\$ 406,00 seria pago aos adultos de 18 a 65 anos (o ano de referência do estudo para a definição do valor é 2017), metade deste valor pago às crianças e adolescentes de até 17 anos, e o dobro do valor seria pago aos idosos maiores de 65 anos. O terceiro esquema afere uma taxa marginal no IR (Imposto de Renda) menor para as rendas mais baixas, fixada em 20% e aplicada às rendas inferiores ao dobro da renda bruta per capita média.

O estudo realizou a pesquisa através de um modelo computacional estático, ou seja, as simulações estimam os efeitos apenas da primeira rodada sem considerar comportamentos e respostas. A versão usada no estudo é baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) para o ano de 2017, que é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O custo de uma Renda Básica para o primeiro esquema de simulação é de R\$ 1 trilhão (em 2017), 15% do PIB e de R\$ 969 bilhões nas simulações dois e três. Porém eliminando as despesas dos atuais benefícios não previdenciários e com o ajuste descendente das pensões, os custos caem 25% na primeira simulação e 35% nas outras duas. A remoção de todos os benefícios sociais compensaria 80% da Renda Básica (SIQUEIRA e NOGUEIRA, 2020).

As alíquotas do IR para haver neutralidade fiscal são para as simulações 1 e 2 de 35,7 e 32,6%, respectivamente. Já no esquema 3, onde a taxa do IR ficou em 20% para as rendas mais baixas, o IR sobre as rendas mais altas é fixado em 47,5% (SIQUEIRA e NOGUEIRA, 2020).

No sistema vigente de impostos (2017) 23,5% dos brasileiros estão em situação de pobreza e 39,7% das crianças. O sistema atual de previdência é mais generoso com os idosos, onde 3,2% se encontram em situação de pobreza. Adotando o primeiro esquema de Renda Básica apresentado 100% dos brasileiros deixariam a linha da pobreza, e a pobreza estaria tecnicamente eliminada no Brasil. Ainda a desigualdade calculada pelo coeficiente de Gini cairia em mais de 25%, saltando de 0,506 para 0,377. No esquema dois a pobreza teria redução de 66% e o índice Gini em 26,3%. Já no esquema três a pobreza é reduzida em 71% com o índice Gini em 19,4% (SIQUEIRA e NOGUEIRA, 2020).

Rodrigo Zeidan, doutor em economia da UFRJ, escrevendo à Folha de São Paulo em 16 de maio de 2020 afirma: “é hora de sentar e conversar sobre como promover um programa de Renda Básica permanente e como vamos financiá-lo”, ele continua dizendo que um programa de Renda Básica teria o potencial de fazer as famílias mais pobres investir em educação e retardar a luta pela sobrevivência. O economista propõe como forma de financiamento o aumento de imposto da pessoa física, com alíquotas de até 40%, e sobre os ganhos de capital, isto somado ao corte de despesas em outras áreas. Isto para haver equilíbrio fiscal. Zeidan em seu artigo deixa perguntas: o benefício deve estar atrelado ao salário mínimo? Deve ser diferente entre os estados? E se será usado o CadÚnico² como base?

Celso Ming escrevendo ao jornal Estadão em 26 de junho de 2020 afirma que uma Renda Básica não é uma demanda socialista ou social democrata, e que a sobrevivência do regime capitalista e do mercado de consumo parece depender de uma política assim. Mas sua preocupação não está na doutrina e sim na prática, ele questiona: como financiar o projeto? Em seu artigo ele cita o famoso programa de Renda Básica do Alasca, um programa semelhante iniciado no Irã em 2010, e o caso brasileiro na cidade de Maricá no Rio de Janeiro. Sua preocupação recai sobre o seu financiamento, todos eles advindos das receitas do petróleo, *commodity* sujeita a distúrbios geopolíticos e de mercado, e uma fonte de energia que tem sua era terminando, lembra Ming.

² Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

Naercio Menezes Filho, professor da FEA/USP, escrevendo ao Valor em 26/06/2020, diz que a pandemia explicitou ainda mais a desigualdade brasileira onde os mais pobres são os mais afetados com a perda de emprego e renda. Mas ao mesmo tempo abriu a janela de oportunidades para tornarmos as oportunidades menos desiguais. O articulista afirma que 3 milhões de crianças nascem todos os anos no Brasil e que 25% delas não terão oportunidades para se desenvolver, estudar e conseguir emprego, principalmente as negras. Que estas crianças serão os adultos do futuro com baixa produtividade no trabalho, e que treinarão recursos públicos demandando mais hospitais, presídios e programas de qualificação profissional, o que mina a sustentabilidade fiscal do país. Menezes Filho propõe não uma Renda Básica, mas uma renda condicional focalizada em quem mais precisa: segundo ele, as crianças. O Bolsa Família apenas evita a pobreza extrema afirma o professor, e propõe o pagamento de R\$ 800,00 por criança para todas as crianças, o que reduziria a pobreza para 5% ao custo de 174 bilhões. Já se as transferências se limitassem aos beneficiários do PBF a pobreza seria reduzida para 13% com custo de R\$ 83 bilhões. Ainda se o PBF fosse aperfeiçoado de forma a alcançar todas as famílias pobres com a saída daquelas que não o são, o custo seria de R\$ 48 bilhões com a pobreza caindo para 5%. A focalização poderia ser realizada mensalmente por meio de um app semelhante ao utilizado para o pagamento da renda emergencial pela Caixa Econômica Federal durante a pandemia da Covid-19, o beneficiário faria o cadastro mensalmente no aplicativo, e aquelas famílias sem celular o fariam no conselho de assistência social do município, apregoa Menezes Filho. Quem entrasse na pobreza receberia o benefício automaticamente, e quem saísse teria o benefício reduzido até a extinção paulatinamente. Equipes do governo verificariam a consistência das informações para combater as fraudes, e ainda visitas amostrais aos lares dos beneficiados ocorreriam. Ele propõe multa e o impedimento permanente de acesso ao programa aos fraudadores. O financiamento viria com o fim do abatimento no IR dos gastos com saúde e educação, e com uma tributação uniforme para todas as rendas adquiridas. Seriam tributados lucros e dividendos, juros sobre o capital próprio das empresas e o rendimento das empresas que são tributados pelo Simples. O imposto sobre a herança deveria ser aumentado, e mais uma faixa de 35% no IR ser criada. E, por último, seria reduzido o imposto sobre as pessoas jurídicas evitando a bitributação, porém todos os benefícios legais que existem hoje seriam retirados. A proposta do professor é uniformizar a cobrança de impostos e acabar com todas as exceções e brechas existentes hoje. Somado a isso deve-se conter os gastos públicos

em todas as áreas do governo, exceção para as áreas de saúde, educação e ciência. Uma proposta profunda e ousada em todo sistema tributário.

O economista Daniel Duque apresenta uma proposta de Renda Básica que ele classifica como ousada e factível para a realidade brasileira. Mas não com valores uniformes e sim com um aporte maior para crianças e adolescentes. Ele defende o pagamento de uma Renda Básica focalizada em crianças e adolescentes com valor equivalente à linha da pobreza do Banco Mundial, hoje, julho de 2020, R\$ 440,00; e uma Renda Básica para os demais cidadãos tendo como linha de corte a pobreza segundo a ONU, R\$ 150,00 também na data de hoje. Propõe ainda uma transição gradual e não um corte abrupto, onde dos 18 aos 23 anos a renda cairia dos R\$ 440,00 para os R\$ 150,00. Nas palavras de Duque “a carência de bens e serviços essenciais nessa fase tem impactos relevantes sobre toda vida produtiva, de modo que uma renda adicional pode ter um efeito positivo de longo prazo sobre a própria produtividade da economia, estimulando o crescimento”. Sua proposta exclui das pessoas elegíveis empregados, empregadores e MEIs (Micro Empresário Individual) que tenham como renda ao menos um Salário Mínimo. Aposentados e pensionistas também não teriam direito ao benefício. O benefício pago aos menores de idade de famílias de renda alta seria devolvido na declaração anual do IR com deduções em cada faixa de renda. Duque apresenta uma simulação fazendo uso dos dados de 2018 da Pesquisa de Orçamentos Familiares, na época os valores de corte da linha da pobreza do Banco Mundial e da ONU eram, respectivamente, R\$ 412,00 e R\$ 142,00. As alíquotas de dedução do IR seriam progressivas nas faixas atuais do IR em 20, 40, 80 e 100%. O pesquisador conclui que segundo a linha de corte do Banco Mundial a extrema pobreza no Brasil estaria estatisticamente eliminada, e a pobreza cairia 14,5 pontos percentuais, indo dos atuais 24,5% dos brasileiros para 10,5% deles. O índice Gini cairia mais de 10%, indo de 0,554 para 0,488. O modelo proposto tem um custo anual de R\$ 385 bilhões, o que equivale a 5,7% do PIB. Porém, considerando a extinção de outros programas de assistência social (abono salarial, seguro defeso, PBF) o gasto líquido da proposta segundo o pesquisador seria de 200 bilhões, o que equivale a cerca de 3% do PIB.

Marcos Mendes, pesquisador do Insper, escrevendo à Folha de S. Paulo no dia 05 de junho de 2020, questiona como pagar a conta de uma Renda Básica. Há propostas que falam na retirada do BPC (Benefícios de Prestação Continuada), mas é preciso lembrar que o Congresso

não aceitou mexer no benefício ao debater a Reforma de Previdência em 2019. Cobrar impostos linearmente como propõe Siqueira e Nogueira (2020), que inclui os informais, não tem viabilidade técnica. O articulista ainda considera ser superestimada que a cobrança sobre lucros e dividendos geraria renda adicional entre R\$ 30 e R\$ 40 bilhões. Para se implementar um programa amplo de transferência de renda é preciso definir de onde virá o dinheiro e quanto se pode gastar afirma Mendes. Pagar Renda Básica de R\$ 400,00 para todas as crianças e adolescentes de até 18 anos teria custo de R\$ 270 bilhões, e transformar o auxílio emergencial de R\$ 600,00 em permanente custo de R\$ 528 bilhões. É necessário eliminar programas ineficientes defende Mendes. R\$ 27 bilhões seriam poupados com a exclusão de alguns programas: abono salarial, salário-família, seguro-defeso e Farmácia Popular. O abono é constitucional e exigiria uma PEC para este fim aprovada pelo Congresso. Desonerar a cesta básica de alimentos mais R\$ 15 bilhões. A extinção por dependente dos gastos com educação e saúde do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) mais R\$ 28 bilhões. Retirar o desconto dos maiores de 65 anos do IRPF e o desconto dos aposentados por moléstia grave mais R\$ 25 bilhões. Mendes lembra que este benefício é ofertado aos mais ricos que declaram IR, pois o pobre com a mesma doença não é beneficiado. Congelar a folha de pagamento por 1 ano, mais R\$ 14 bilhões. A soma dos valores somado ao custo do PBF perfazem R\$ 142 bilhões. Ainda é pouco, mas já é possível se fazer alguma coisa.

Marcos Lisboa, também pesquisador do Insper, em artigo publicado na Folha de S. Paulo de 13 de junho de 2020 diz que é possível garantir Renda Básica a todas as famílias ou a todas as crianças com o aumento da tributação, com a classe média e alta pagando a conta. Porém nosso sistema tributário tem regras que distorcem a organização do setor produtivo. A tributação sobre o lucro de um fundo de pensão, por exemplo, é de 34%. Se confunde o tamanho da empresa com o do acionista diz Lisboa. E, por outro lado, uma pequena empresa com renda de R\$ 100 mil, devido ao sistema tributário especial, paga aproximadamente 10% de imposto. O autor afirma que o Brasil deveria fazer como a maioria dos países relevantes, diminuir o tributo sobre o lucro das empresas e aumentar progressivamente o IRPF, incluindo os dividendos. As regras são mal desenhadas, há encargos demais na folha de pagamento das empresas, contribuições ao sistema 'S' que sustenta representações patronais. Continua o articulador dizendo que isto eleva o número de pequenas empresas que empregam trabalhadores informalmente, o que prejudica o emprego e a produtividade. A conclusão de Lisboa é que sem

uma reforma tributária com aumento dos impostos sobre uma classe privilegiada e que conserte as regras que ampliam distorções, é melhor continuar transferindo renda apenas aos mais pobres. A proposta do PBF era ambiciosa, mas as resistências públicas reduziram seu escopo lembra o autor.

Para se pensar em uma Renda Básica primeiro é preciso de uma reforma fiscal abrangente e progressiva.

O economista Bernard Appy escrevendo ao jornal Estadão em 09 de junho de 2020 afirma que a necessidade de pagar auxílio emergencial devido à crise sanitária mostrou a falta de um cadastro que alcance todos os brasileiros. Que a falta de cadastro prejudica o desenho adequado de programas sociais, e que o ideal é formalizar a renda de todos os brasileiros e não somente daqueles que recebem assistência. Assim como Lisboa (2020) ele aponta o alto custo do emprego formal, que segundo ele é um empecilho ao emprego formal, e lembra que o custo de quem recebe Salário Mínimo no Brasil é de mais de 40%. Outra dificuldade apontada por Appy é a existência do próprio Salário Mínimo como piso para as contribuições e os benefícios previdenciários. Um trabalhador informal que receba menos que um salário mínimo, se desejar se formalizar tem que contribuir com os valores de referência de um Salário Mínimo. É preciso estimular a formalização do trabalhador de baixa renda reduzindo as contribuições sobre o primeiro salário, diz o autor defendendo a proposta do Centro de Cidadania Fiscal³. Eles também propõem o pagamento de uma Renda Básica a todos os idosos. Appy lembra que já existe contribuições reduzias para os MEIs, 5% do Salário Mínimo, mas ele defende uma uniformização e redução sobre os custos de todo primeiro salário. E mesmo os MEIs não alcançam grande parte dos informais e ainda há grande inadimplência. Não há estímulo a formalização e este estímulo viria da integração das contribuições com um programa de Renda Básica para pessoas em idade laboral, o trabalhador declararia sua renda mensal e o valor declarado seria abatido da Renda Básica recebida, o que tornaria desnecessário o pagamento das contribuições mensais. O sistema de declaração da renda mensal precisa ser simples e sem burocracia. O autor acredita que tal modelo geraria forte incentivo a formalização, onde a renda declarada seria a base para o pagamento de benefícios de risco e auxílios emergências como o

³ O Centro de Cidadania Fiscal é um *think tank* independente que tem como objetivo contribuir para a simplificação do sistema tributário brasileiro e para o aprimoramento do modelo de gestão fiscal do país. <https://ccif.com.br/>.

que está sendo pago durante a pandemia da Covid-19. E sim, a desoneração sobre o primeiro salário e o pagamento de uma Renda Básica têm alto custo fiscal, mas o autor não se propôs a pensar nos custos do programa, seu objetivo, foi, em suas palavras, “apenas mostrar que, se bem desenhado, um programa de Renda Básica integrado com um modelo inteligente de financiamento da previdência pode ser instrumento extremamente poderoso para estimular a formalização da renda de todos os brasileiros”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O economista Fernando Schuler escrevendo ao jornal Folha de S. Paulo em 02/04/2020 afirma em seu artigo que “livrando as pessoas da urgência econômica, elas poderão dizer “não” às múltiplas formas de humilhação social e darão um novo significado à ideia de liberdade individual”.

A pandemia impulsionou alguns debates e levou o ex-senador da república e hoje vereador na cidade de São Paulo, Eduardo Suplicy, um senhor de 78 anos, em entrevista à jornalista Fernanda Mena a dizer que “tudo indica que vou viver para ver a Renda Básica implementada”. A Renda Básica é defendida pelo vereador há mais de três décadas.

A Renda Básica com a crise sanitária da Covid-19 em 2020 definitivamente entrou na agenda política e econômica brasileira. O pagamento de auxílio emergencial durante a pandemia mostrou que é possível pagar uma Renda Básica aos brasileiros e levou diversos economistas a se debruçarem sobre como a financiar. Como mostrado neste artigo as propostas são diversas, mas apontam uma necessidade comum: uma reforma tributária e progressiva.

A Renda Básica para ser efetivada no Brasil depende de um ajuste fiscal que onere mais os mais ricos. A luta é política.

O Congresso Nacional brasileiro já aprovou no ano de 2003 uma Renda Básica, intitulada Renda Básica de Cidadania, que foi sancionada em janeiro de 2004 pelo então presidente Lula. A lei é a de número 10.835/2004 (BRASIL).

A renda básica seria introduzida no Brasil a partir de 2005 e teria direito a ela todo brasileiro ou estrangeiro vivendo há 5 ou mais anos no país independente de sua condição

socioeconômica. O programa, diz o texto da lei, será implementado em etapas e a critério do poder Executivo e priorizando as camadas mais pobres da população.

O PBF foi a primeira etapa do programa que deveria evoluir para uma Renda Básica, o que não aconteceu, mas o momento é propício para o poder Executivo estudar e aprovar uma Renda Básica a todos os brasileiros.

5. REFERENCIAS

- APPY, B. Formalizando os brasileiros. **Estadão**, 2020. ISSN <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,formalizando-os-brasileiros,70003328972>. Acesso em: 14 junho 2020.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **o novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. **LEI 10.835 DE 08 DE JANEIRO DE 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.835.htm>.
- DUQUE, D. Renda Básica: um desenho factível e uma proposta de Implementação. **FGV IBRE**, 2020. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/renda-basica-um-desenho-factivel-e-uma-proposta-de-implementacao>>. Acesso em: 22 junho 2020.
- FILHO, N. M. Renda básica para as crianças. **Valor Econômico**, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/renda-basica-para-as-criancas.ghtml>>. Acesso em: 07 julho 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- LISBOA, M. Renda mínima. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2020/06/renda-minima.shtml>>. Acesso em: 29 junho 2020.
- MENA, F. Renda Básica. **Folha de S. Paulo**, 13 abril 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/tudo-indica-que-vou-viver-para-ver-a-renda-basica-implementada-diz-eduardo-suplicy.shtml>>. Acesso em: 10 julho 2020.
- MENDES, M. Auxílio aos pobres, fazendo contas. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-mendes/2020/06/auxilio-aos-pobres-fazendo-contas.shtml>>. Acesso em: 07 junho 2020.
- MING, C. Renda mínima: os casos do Alasca, Irã e Maricá. **Estadão**, 2020. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,renda-basica-marica-alasca-ira,70003346223>>. Acesso em: 01 julho 2020.
- PARIJS, P. V.; VANDERBORGHT, Y. **Renda Básica**: uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã. São Paulo: Cortez, 2018.
- PESSÔA, S. O buraco é fundo. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2020/05/o-buraco-e-fundo.shtml>>. Acesso em: 06 junho 2020.
- PIKETTY, T. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

SCHULER, F. Renda básica lança luz sobre o desafio ético do nosso tempo. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-schuler/2020/04/renda-basica-lanca-luz-sobre-o-desafio-etico-do-nosso-tempo.shtml>>. Acesso em: 06 abril 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, J. R. D. Anais do V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG. **Renda básica como ferramenta de combate ao emprego exploratório**, Belo Horizonte, 07 e 08 novembro 2019.

SIQUEIRA, R. B. D.; NOGUEIRA, J. R. B. **A universal basic income for Brazil: fiscal and distributional effects off alternative schemes**, 2020. 13.

SUPLICY, E. M. **Renda Básica de cidadania**: a resposta dada pelo vento. Porto Alegre: L&M, 2006.

ZAIDAN, R. Precisamos discutir um programa de renda básica permanente e sem populismo. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rodrigo-zeidan/2020/05/precisamos-discutir-um-programa-de-renda-basica-permanente-e-sem-populismo.shtml>>. Acesso em: 18 maio 2020.